

Extroversão do conhecimento arqueológico e ambiental aplicado ao licenciamento arqueológico de CGH's e PCH's

Extroversión del conocimiento ambiental y arqueológico aplicado al licenciamento arqueológico de CGH'S y PCH'S

Extroversion of archaeological and environmental knowledge applied to the archaeological licensing of CGH's and PCH's

Esp. Marina da Fonseca Lopes¹

Bel. Ramsés Mikalausca Farherr²

Me. Átila Perillo Filho³

Resumo

O presente artigo visa apresentar uma análise das atividades de divulgação e extroversão do conhecimento que vem sendo desenvolvidas em projetos de pesquisas arqueológicas atreladas ao licenciamento ambiental e arqueológico de empreendimentos hidrelétricos de pequeno porte, como é o caso das Centrais Geradoras Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas. Os dados apresentados correspondem a quatro atividades e oficinas desenvolvidas em diferentes escolas públicas do estado de Santa Catarina, como alternativa de complementar as divulgações exigidas na legislação arqueológica vigente, haja visto que tal pesquisa permitiu identificar uma fragilidade nas exigências do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional associadas a divulgação patrimonial destes projetos.

Palavras-Chave: Conhecimento Arqueológico; Educação Patrimonial; Licenciamento Ambiental.

Resumen

El presente artículo pretende presentar un análisis de las actividades de divulgación y extroversión del conocimiento que vienen siendo desarrolladas en proyectos de investigaciones arqueológicas vinculadas al licenciamiento ambiental y arqueológico de emprendimientos hidroeléctricos de pequeño porte, como es el caso de las Centrales Generadoras Hidroeléctricas y Pequeñas Centrales Hidroeléctricas. Los datos presentados corresponden a cuatro actividades y talleres desarrollados en diferentes escuelas públicas del estado de Santa Catarina, como alternativa de complementar las divulgaciones exigidas en la legislación arqueológica vigente, haya visto que tal investigación permitió identificar una fragilidad en las exigencias del Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional asociadas a la divulgación patrimonial de estos proyectos.

Palabras claves: Conocimiento Arqueológico; Educación Patrimonial; Licenciamiento Ambiental.

Abstract

The present article aims to present an analysis of the activities of dissemination and extroversion of knowledge that has been developed in archaeological research projects linked to the environmental and archaeological licensing of small hydroelectric projects, as is the case of Hydroelectric Generating and Small Hydroelectric Power Plants. The data presented correspond to four activities and workshops developed in different public schools in the state of Santa Catarina, as an alternative to supplement the required disclosures in current archaeological legislation, since this research allowed to identify a fragility in the requirements of the Institute of Historical and Artistic Patrimony Associated with the equity disclosure of these projects.

¹ Pós-Graduada em Gestão Ambiental em Municípios. UTFPR. E-mail: mfl.arqueologia@gmail.com.

² Bacharel em Arqueologia. FURG. E-mail: ramses_mf@live.com.

³ Mestre em Antropologia. UFPel. E-mail: atilaperillo@gmail.com.

Keywords: Archaeological Knowledge; Patrimonial Education; Environmental Licensing.

1. Introdução

A presente pesquisa pretende apresentar relatos de experiências voltadas para as atividades de divulgação arqueológica voltadas ao licenciamento arqueológico desenvolvidas em quatro escolas do estado de Santa Catarina, além da reflexão do papel social do arqueólogo.

Atrelado ao licenciamento ambiental as pesquisas arqueológicas são pré-requisitos para a liberação de empreendimentos de pequeno, médio e grande porte. Conforme a Instrução Normativa n.º 001/2015 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), as obras de médio e alto impacto ao meio ambiente, com limitada ou inexistente possibilidade de alteração de traçado, são classificadas pelo IPHAN em nível III de impacto ambiental, enquadram-se nesta modalidade as usinas de pequeno porte, como Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH).

No caso das usinas hidrelétricas (CGH's e PCH's) uma equipe multidisciplinar composta por arqueólogas (os), historiadoras (es), conservadoras e restauradoras de bens móveis (es), antropólogos (os) e outras (os), apresentam ao IPHAN o Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, conforme o item IX do Art. 20 da IN001/2015. Uma das informações que deverá conter no relatório da pesquisa são os relatos das atividades de esclarecimento desenvolvidas com a comunidade local, ou seja, não se faz necessário desenvolver atividades de educação patrimonial.

Em tempos de retrocesso, empreendimentos ditos de pequeno porte são construídos em massa no estado de Santa Catarina, gerando impactos cumulativos às comunidades ribeirinhas, danos ao meio ambiente, desvio de rios, alteração na qualidade das águas, desequilíbrio das espécies aquáticas e terrestres, entre outros danos (LOPES, 2018a). Enquanto que a legislação do patrimônio abre brechas para promoção de atividades de divulgação sem exigir um compromisso social com a comunidade envolvida.

Neste cenário, na tentativa de sermos coletivos, utilizamos de conceitos e métodos da educação patrimonial proposto no Guia Básico da Educação Patrimonial:

A Educação Patrimonial é um instrumento da “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórica-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA et al., 1999, p.4).

Partindo deste conceito e da lacuna existente na Legislação arqueológica voltada as atividades com as comunidades, ao desenvolvermos as “atividades de esclarecimento” com o público escolar, optamos por aplicar as metodologias da Educação Patrimonial, onde se utiliza de qualquer evidência ou manifestação da cultura, seja por meio de objetos, sítios arqueológicos ou paisagens (HORTA et al., 1999), com o intuito de trabalhar com as informações que os jovens já tem e contribuir com novos conteúdos de aprendizagem.

Compreendemos que o conhecimento se constrói a partir da indissociável relação do homem com sua cultura e seu meio e nesse processo dinâmico, matura sua consciência sobre si e tudo que o cerca, o que inclui desde suas perspectivas imateriais, como direitos, desejos e valores, até os materiais, o exemplo disso é a noção do objeto que se faz patrimônio, o espaço e o meio ambiente.

Conhecer é fundamentalmente uma habilidade que adquirimos na relação com outros organismos e seres que habitam o mesmo mundo, e não uma prerrogativa humana que se processaria no espaço restrito da mente como uma operação racional (STEIL & CARVALHO, 2014, p.164).

Dito isso, é pertinente destacar que a Educação Patrimonial possui um vínculo com a Educação Ambiental, haja visto que ambas compartilham de conceitos chave como cidadania, identidade, sustentabilidade, conscientização, sensibilização e preservação. Entretanto, a divisão cartesiana da ciência ocidental moderna em “duas ontologias opostas e intransponíveis” (STEIL & CARVALHO, 2014, p.163) entre natureza e cultura acabou por institucionalizar-se isolando ambas as atividades na prática do licenciamento ambiental que deveriam, por lógica, dialogar. Por isso para os trabalhos aqui apresentados buscou-se trabalhar tais conceitos como a preservação do meio ambiente e patrimônio arqueológico, além da própria reconstituição do modo de vida dos antepassados que fundamentalmente modificaram o espaço e a natureza, para integrar conhecimentos multifacetados que caso abordados isoladamente, fragmentariam cosmologias individuais e coletivas. Desta forma estimulamos a prática educativa, que têm como principal objetivo o desenvolvimento do pensamento crítico e não-dualista.

O presente artigo está dividido em quatro partes, a primeira introdutória, a segunda apresenta os procedimentos metodológicos utilizados, a terceira corresponde às análises dos dados e por fim, a quarta parte compreende das considerações finais.

2. Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa que de acordo com Minayo (1982) requer uma aproximação entre sujeito e objeto. Portanto o objetivo deste estudo visou analisar os resultados positivos e negativos das práticas de divulgação arqueológica, que foram aplicadas através de um viés da educação patrimonial.

Como procedimento metodológico, foram adotadas quatro diferentes oficinas realizadas durante o licenciamento arqueológico de CGH's e PCH's em diferentes municípios do estado de Santa Catarina. Os dados obtidos em cada uma das escolas foram sistematizados com o intuito de compreender as práticas desenvolvidas nas quatro escolas e através das características de cada experiência identificar se houve eficiência em cada atividade aplicada.

Tabela 1: Resumo das atividades desenvolvidas por escolas e municípios.

Escola/Município (UF)	Ano/Quant. Alunos	Atividade	Resultados
E.E.F. João Frederico Heck/Angelina (SC)	7º e 9º ano 19 alunos	Exposição dialogada, Oficina de Pintura Rupestre e feedback	Cartazes e feedback
Centro Educacional Santa Rosa de Lima/Santa Rosa de Lima (SC)	4º e 5º ano 18 alunos	Exposição dialogada, Oficina de Pintura sobre Patrimônio	Cartazes e vídeos
E. E. B. São José/São Joaquim (SC)	7º e 8º ano 53 alunos	Exposição dialogada, Oficina Bens Culturais e suas Histórias	Exposição em sala de aula
E. I. E. B. Cacique Vanhkre/Ipuaçu (SC)	1º ano 36 alunos	Exposição dialogada, oficina Caixa dos Saberes	Exposição em sala de aula

Fonte: Adaptado de Lopes (2018) e Lopes & Perillo Filho (2018a, 2018b).

A primeira etapa comum a todas atividades desenvolvidas nas escolas é denominada de **Exposição Dialogada**, na qual apresentamos diversas imagens através de *slides*, retratando o trabalho do arqueólogo com o intuito de desmistificar alguns paradigmas. Discutimos os diferentes conceitos de patrimônio cultural, sendo eles material e imaterial. São abordados sítios arqueológicos associados à grupos pré-coloniais e históricos que podem ser encontrados em cada região específica dos municípios, a importância de preservar o patrimônio arqueológico e meio ambiente, como proceder ao localizar um sítio, os principais impactos ambientais que o meio ambiente está suscetível com a implantação destas usinas, entre outros temas.

A **Oficina de Pintura Rupestre** foi conduzida por arqueólogos e professor responsável pela turma. Solicitamos que os alunos se organizassem em pequenos grupos e distribuimos para cada grupo pincéis, papel pardo a metro e tinta guache. A dinâmica

consistiu em cada grupo reproduzir e/ou criar gravuras rupestres que são comuns na região sul do país.

Durante a **Oficina de Pintura sobre Patrimônio** os alunos foram organizados em pequenos grupos e distribuímos para cada grupo pincéis, papel cartolina e tinta guache. A proposta apresentada consistiu em cada grupo escolher um patrimônio do município de Santa Rosa de Lima para desenhar e expor aos colegas.

A **Oficina de Bens Culturais e suas Histórias** procedeu com a colaboração dos jovens. Dois dias antes de realizar a atividade, pedimos que algum responsável da escola solicitasse que no dia da atividade os alunos levassem pelo menos um objeto que representasse algo de importante para o aluno ou para sua família. Durante a oficina cada estudante teve que responder uma série de perguntas relacionadas ao seu objeto, como o modo de produção, tipo de material utilizado, motivo da escolha deste objeto, entre outras. Essa oficina foi adaptada de *O Objeto Uma Descoberta* (HORTA et al., 1999).

A **Oficina Caixa dos Saberes** ocorreu inicialmente com a organização de 5 grupos compostos por 5 alunos. Os participantes deveriam retirar um papel de dentro da caixa, debater o tema proposto no pequeno papel e posteriormente apresentar ao grupo através de uma roda de conversa.

3. Análise dos dados

Com o intuito de analisar os resultados obtidos durante a Oficina de Pintura Rupestre, solicitamos que os jovens escrevessem em poucas palavras o seu aprendizado durante toda a atividade desenvolvida, desde palestra até a etapa final da oficina propriamente dita. Conforme Lopes & Perillo Filho (2018a, p. 93-94) as concepções dos alunos foram:

Aprendi que nós temos que preservar as coisas dos antepassados que com elas nós aprendemos várias coisas [...] (Aluno 7º ano).

É importante preservar os povos indígenas, históricos e o nosso meio ambiente. Precisamos saber um pouco dos nossos antepassados como eram as coisas [...] (Aluna 7º ano).

Aprendi como é importante preservar bens históricos [...] (Aluno 9º ano).

Gostei muito da palestra, pois foi uma coisa diferente [...] gostei da explicação sobre o material e imaterial. No final da palestra teve uma pintura de símbolos arqueológicos, foi uma conexão entre as amizades, em trabalhar em equipe. Foi um momento de rever os antepassados, conhecer mais sobre arqueologia (Aluna 9º ano).

Mesmo que o conteúdo das gravuras rupestres não seja algo presente no cotidiano dos alunos, acreditamos que tal oficina teve um efeito positivo em decorrência da atividade prévia em função do debate levantado. Porém foi visível na fala dos jovens que além de se tratar de uma atividade diferente, facilitou a troca entre as turmas, o que instigou uma cooperação e coletividade entre o grupo.



Figura 1: Etapa final da Oficina de Pintura Rupestre.
Fonte: Acervo pessoal Marina de Fonseca Lopes.

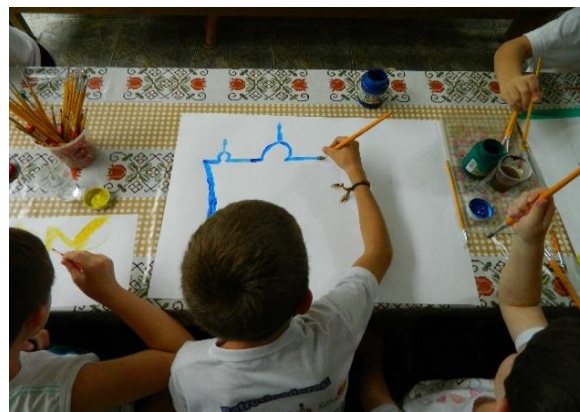


Figura 2: Oficina de Pintura sobre Patrimônio.
Fonte: Acervo pessoal Marina de Fonseca Lopes.

Durante a Oficina de Pintura sobre Patrimônio os desenhos elaborados pelos alunos ilustraram o entendimento do grupo para o conteúdo trabalhado durante o diálogo, as produções representam o patrimônio cultural local do município de Santa Rosa de Lima, isso indica que “a capacidade de introduzir e utilizar a cultura local em diferentes situações é uma condição necessária para que possamos conscientizar os jovens para a vontade de preservar a identidade coletiva e fazer valer seus direitos de cidadão” (GAZZÓLA, 2009, p. 1449). Podemos observar tal compreensão através dos vídeos produzidos ao término da atividade onde possuem uma breve explicação de cada desenho e motivação para tal confecção.

O primeiro grupo desenhou o ginásio esportivo de Santa Rosa de Lima, devido ao interesse de todos em jogar futebol de salão, mencionaram que no local podem se reunir entre os amigos e se divertir. O segundo grupo desenhou a Igreja da cidade por ser um espaço de devoção onde todos os fiéis frequentam. O terceiro cartaz foi representado pelo poço da cidade. O quarto grupo desenhou a cidade com a Igreja, a praça, as árvores, as casas, os integrantes do grupo destacaram que desenharam os espaços públicos que todo mundo da cidade frequenta, portanto, o desenho representa Santa Rosa de Lima (LOPES, 2018b).

A oficina lúdica que desenvolvemos permitiu o estímulo do pensamento independente e a capacidade de interpretar e identificar os seus próprios patrimônios coletivos por meio de suas realidades. Partimos do princípio de Leila Pinheiro (2010 apud SILVA & NOGUEIRA,

2013), onde através de diferentes alternativas de ensinamentos, aumenta a motivação para a aprendizagem, desta forma instigou-se também a concentração, raciocínio, o senso cooperativo e a interação do grupo.

A Oficina de Bens Culturais e suas Histórias possibilitou a reflexão sobre o universo material de cada aluno, já que cada um dos participantes teve que analisar seu objeto e desenvolver uma interpretação do mesmo, desde seus aspectos físicos como forma, cor, como foi produzido e etc. até sua representação simbólica. Entre a cultura material levada pelos jovens, destacamos aqui: livro de quadrinhos (gibi), boneco de futebol, bonecos comemorativos da copa do mundo de futebol de 1998 distribuídos pela Coca-Cola, fotografias e vestido. A partir de Lopes & Perillo Filho (2018b, p. 72) podemos identificar o valor simbólico de alguns alunos:

[Objeto: foto de família] eu trouxe uma foto e isso é importante pra mim porque foi o dia do casamento do meu pai e da minha mãe e eu fui daminha, e também porque nessa foto minha vó tá e eu gosto muito dela e ela acabou falecendo, então pra mim é uma lembrança muito boa porque ela tá nela (Aluna 8º ano).

[Objeto: vestido] eu trouxe um vestido que quando eu fui daminha do casamento dos meus pais. Porque meu pai, ele era de uma religião diferente da minha mãe, aí eles casaram e daí eu fui daminha deles e daí foi um dia muito importante pra mim porque eu gosto de ver meus pais felizes (Aluna 8º anos).

Pudemos observar que todos os objetos levados tinham um valor simbólico pessoal individual e coletivo, ou seja, alguns artefatos pertenciam à família como um todo, como é o caso das fotografias. Estes cumprem funções simbólicas e afetivas distintas e particular daquele que interage com o objeto. Muitos deles representam aspectos de gênero associado a infância, meninos levaram caminhões e carrinhos, enquanto meninas ursos e bonecas, entre outros. Estes itens fazem parte dos hobbies e brincadeiras deste grupo escolar em específico.

Acreditamos que esta atividade possibilitou um espaço de reflexão sobre as coisas, no sentido do seu valor e simbolismo individual para cada um que a utiliza, as lembranças que estão associadas a cada objeto, porque é importante para a pessoa, como também outros aspectos da cultura material que possivelmente nunca foram pensados pelo grupo, como é o caso do modo de fabricação do objeto, finalidades, diferentes formas de uso, características físicas identificadas pelas percepções dos sentidos.



Figura 3: Oficina dos Bens Culturais e Suas Histórias
Fonte: Acervo pessoal de Marina da Fonseca Lopes.



Figura 4: Oficina da Caixa de Saberes
Fonte: Acervo pessoal de Marina da Fonseca Lopes.

A Oficina da Caixa dos Saberes foi produzida artesanalmente, possuía diversos papéis com palavras-chave que possibilitariam o debate, tais como patrimônio, cultura material, plantas medicinais, fauna, entre outras. O conteúdo escolhido abrangeu questões relacionadas a arqueologia, meio ambiente e aos saberes associados a grupos tradicionais. Os conceitos chave debatidos pelos cinco grupos envolvidos na atividade foram natureza, educação, floresta, costumes e biodiversidade.

Através da dinâmica proposta identificamos que existe uma preocupação do grupo com as mudanças de costumes que os indígenas daquela terra estão sujeitos em decorrência da intervenção do não-índio, isso fica explícito na fala da aluna onde a mesma ressalta a perda da identidade que grupos tradicionais vem sofrendo gradativamente com o contato entre eles e os grupos exteriores, para a aluna, tal grupo é o “não-índio” e esse processo de distanciamento com sus costumes pode ser visto melhor em sua fala: “Mais com o tempo nós indígenas fomos perdendo um pouco o contato com a natureza, por causa da chegada do não-índio eles trouxeram a cultura deles e nós deixamos um pouco a nossa de lado, hoje os bens naturais estão sendo vistos como meios capitalistas” (LOPES & PERILLO FILHO, 2018c, 89).

Identificamos também através da leitura das narrativas que a natureza para os jovens do 1º ano do ensino médio da Terra Indígena Xapecó corresponde ao patrimônio coletivo do grupo, conforme o relato que se segue, uma aluna destaca a mudança da percepção dos bens naturais ao longo dos anos: “E não é mais um meio de convivência como no passado, que no passado a gente tinha uma ligação mais grande com a natureza, porque tudo que nós precisava ela nos oferecia, até comida nós caçávamos, os peixes, os remédios também eram tirados da natureza” (LOPES & PERILLO FILHO, 2018c, 89).

Nosso entendimento de patrimônio natural vem de encontro com aquele proposto por Scifoni (2006a apud PEREIRA, 2017):

[...] entende-se, em relação ao patrimônio natural sob a ótica do cotidiano, que outras naturezas são identificadas, apropriadas socialmente e vividas, haja vista que a natureza é considerada como parte da memória coletiva, das histórias vividas e das práticas socioespaciais (SCIFONI, 2006a apud PEREIRA, 2017, p. 124).

Dito isso, a natureza está ligada as práticas sociais e coletivas, que envolve uma apropriação social do grupo, no passado colhiam das florestas comida, plantas medicinais, dos rios obtinham os peixes, portanto existia uma dinâmica de sobrevivência associada aos recursos que se extraía da natureza, porém visavam a preservação da mesma, enquanto que na atualidade o meio ambiente está sendo explorado de forma desenfreada para suprir as demandas impostas pelo capitalismo.

Outro ponto importante do debate facilitado durante essa Oficina, corresponde aos costumes e as danças tradicionais Kaingang, que também estão associadas a natureza, como é o caso da dança do passarinho que trata da relação do índio com o clima. A dança do tatu que traz questões de território. A figura dos animais costuma aparecer nas danças tradicionais deste povo, devido a noção de que a fauna é quem os ensina.

4. Considerações finais

A partir da apresentação destes dados, acreditamos que tais práticas lúdico-pedagógicas aplicadas por meio de oficinas possibilitaram o entendimento do patrimônio cultural material e imaterial, este método permitiu a aproximação dos jovens com conceitos pouco debatidos na educação escolar formal. A construção coletiva e individual trabalhada nas atividades desenvolvem um papel importante enquanto alternativa metodológica de suprir tais demandas, ao menos nas escolas trabalhadas.

Cabe destacar que as atividades foram desenvolvidas por meio de pesquisas associadas ao licenciamento ambiental e arqueológico, ou seja, caso não houvesse a aplicação destes projetos possivelmente os grupos aqui apresentados não receberiam tal conhecimento da maneira como foi aplicado. Diante deste fato, acreditamos que existe uma carência no que tange a educação patrimonial e ambiental no ensino escolar, ainda que diversos são os fatores que indicam a importância do meio ambiente e patrimônio cultural, ambos conceitos apresentados deveriam ter espaço no ensino e não ficando à mercê de pesquisas ditas desenvolvimentistas.

Nota-se, ainda, que a legislação arqueológica e ambiental apresenta uma fragilidade no

que tange a extroversão do conhecimento, haja visto que tais métodos aplicados nas escolas ocorreram de forma arbitrária, associada aos princípios dos pesquisadores envolvidos com as atividades.

Consideramos que a realização das oficinas agiu de forma positiva com o propósito inicial, porém a ausência de atividades contínuas com os mesmos grupos e demais, torna-se um fator negativo de tal aplicação. Em muitos casos o patrimônio arqueológico está distante da realidade dos indivíduos, portanto acreditamos que a efetividade da conscientização com relação a preservação destes bens culturais teria êxito com a realização intensiva de diversas atividades com um mesmo público e novas propostas que viabilizem o contato do grupo com o patrimônio, exemplo disso são visitas a Museus, passeios guiados na cidade que facilitam a visualização da prática arqueológica prospectiva, visitação a sítios arqueológicos, contato com a natureza entre outros métodos.

Referências

BRASIL, *Instrução Normativa n.º 01 de 25 de março de 2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe*. Brasília: 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf. Acesso em: 01 set. 2018.

GAZZÓLA, Lucivani. Educação Patrimonial: Teoria e Prática. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. *Anais*. Curitiba: PUCPR. 2009. P. 1446-1457. 2009. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2902_1182.pdf Acesso em: 10 set. 2018.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Museu Imperial/DEPROM – IPHAN – MINC. 1999. Disponível em: http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestao_leitura/guia_educacao_patrimonial.pdf Acesso em: 05 set 2018.

LOPES, Marina da Fonseca & PERILLO FILHO, Átila. Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da CGH Garcia de Angelina, rio Garcia, município de Angelina, estado Santa Catarina. Vol.1. Rio Grande: Gaia Consultoria em Arqueologia, *Relatório de Pesquisa*, 2018a.

LOPES, Marina da Fonseca & PERILLO FILHO, Átila. Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da PCH Pessegueiro, rio Invernadinha, município de São Joaquim, estado Santa Catarina. Vol.1. Rio Grande: Gaia Consultoria em Arqueologia, *Relatório de Pesquisa*, 2018b.

LOPES, Marina da Fonseca & PERILLO FILHO, Átila. Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da CGH Udo Ary Callfass, rio Pesqueiro, município de Xanxerê, estado Santa Catarina. Vol.1. Rio Grande: Gaia Consultoria em Arqueologia, *Relatório de Pesquisa*, 2018c.

LOPES, Marina da Fonseca. *Rio do Peixe*: Estudo de caso ambiental e arqueológico. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios. UTFPR. Medianeira – PR. 2018a. 93f.

LOPES, Marina da Fonseca. Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da CGH Rio do Sul, rio Braço do Norte, municípios de Santa Rosa de Lima e Anitápolis, estado Santa Catarina. Vol.1. Rio Grande: Gaia Consultoria em Arqueologia, *Relatório de Pesquisa*, 2018b.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 1982.

SILVA, Amanda Rosa; NOGUEIRA, Larissa Gabriele Oliveira. Patrimônio Histórico na sala de aula: aprenda jogando! XVII Simpósio Nacional de História (ANPUH). Conhecimento Histórico e diálogo social. *Anais*. Natal – RN. 2013. P. 1-9. Disponível: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371339981_ARQUIVO_PatrimonioHistoriconasaladeaulaaprendajogando!.pdf. Acesso em: 01 set. 2018.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabela Cristina de Moura. Epistemologias Ecológicas: delimitando um conceito. *MANA*: 163-183, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v20n1/a06v20n1.pdf>. Acesso: 01/09/2018 às 19:52.

PEREIRA, Danilo Celso. A natureza como patrimônio cultural: entre o conceito e a prática federal de preservação. *Revista Memorare*. vol. 4., n. 01 Tubarão – SC. 2017. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare_grupeg/article/view/5015. Acesso: 06/09/2018 às 11:15.